--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 12 DE JULHO DE 2013----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início às catorze horas e quarenta e cinco minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente em Exercício, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Ferreira e Marília Henriques e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre.----------

---Faltaram o Sr. Presidente, por motivo de doença e os Vereadores Silvino Lúcio, em gozo de férias e António Jorge Lopes por impedimento legal ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro.

---------- ORDEM DO DIA ----------

--- PROPOSTAS----------

--- 1. Proposta Nº 46 / P / 2013- ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AdO – Voto favorável aos pontos 2 e 3 da Convocatória ----------

---- O Sr. Presidente em Exercício apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- "Considerando que: ----------

--- a) por contrato celebrado entre a Águas do Oeste (AdO) e a EPAL, de 19 Dezembro 2013 para o "Abastecimento de Água ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste", estabeleceu-se a obrigatoriedade de aquisição de volumes mínimos à EPAL e por inerência aos Municípios; ----------

--- b) se verificou que os pressupostos económico-financeiros que estiveram na base do Contrato de Abastecimento da AdO são, no caso do Município de Azambuja, completamente desajustados da situação real;----------

--- c) existe a proposta das Águas de Portugal, empresa que tutela as duas entidades para resolver esta questão sem novos encargos para o Município, conforme minuta do Aditamento do Contrato Inicial e proposta que se junta (Anexo 1 e 2); ----------

--- d) as verbas resultantes do presente acordo e solução proposta pelas Águas de Portugal vão, após autorização do Concedente (Estado), ser distribuídas pelos Municípios de modo a eliminar os volumes mínimos garantidos; ----------

--- e) no caso do Município de Azambuja o que consta nas duas propostas das Águas de Portugal é uma redução de 100% dos volumes mínimos a partir de 2010;----------

--- f) no passado dia 3 de julho de 2013, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária da AdO, que foi suspensa a fim dos representantes dos acionistas/municípios procederem à consulta dos respetivos Executivos no que concerne ao sentido de voto dos pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos que se anexa(Anexo 3); ----------

--- g) está prevista a continuação dos trabalhos da Assembleia para o próximo dia 17 do corrente mês. ----------

--- Proponho: ----------

--- que a Câmara Municipal delibere mandatar o representante do Município na Assembleia Geral da AdO em curso, no sentido de votar favoravelmente os pontos nº 2 e nº 3 da agenda (anexo 3) apresentados pelas Águas de Portugal que eximem o Município do pagamento de volumes mínimos garantidos." ----------

--- Após a apresentação da Proposta, o Sr. Presidente explicou que o que se pretendia era deliberar no sentido de mandatar o Sr. Eng. Pedro Bourgard a estar presente na reunião informando que ele próprio fazia questão de também estar. ----------

---Tomou a palavra o Senhor Vereador Nobre que começou por lembrar as posições da CDU sobre a matéria em apreço e que considerava ser um assunto delicado. Referiu a Assembleia Municipal onde fora discutido o assunto e as declarações do administrador da Aguas de Portugal

(AdP), Dr. Paulo Campos. Ao optar pela via proposta pelo Dr. Campos o Municipio tinha ficado amarrado a uma solução que não se mostrara vantajosa e não trouxera grandes ganhos, estando agora a ser confrontado com uma situação em que era proposta a alteração do contrato base que subscrevera há quase doze anos, o que em sua opinião significava, para a generalidade dos Municípios envolvidos, perda da influência que tinham pois eram detentores de cerca de quarenta e nove por cento do capital da sociedade AdO e não seriam detentores de qualquer ação no capital da AdP. ----------

--- Referiu que no contrato inicial estavam contemplados consumos mínimos que os Municípios tinham de pagar - no caso de Azambuja bastante inflacionados - e ter dúvidas. Se, por um lado, a proposta lhe pareceu simpática acabando com tais consumos mínimos, a extensão temporal da concessão pareceu-lhe exorbitante, a tarifa muito elevada e frisou que o contrato em geral comportava riscos e que a dependência de custos energéticos não lhe parecia benéfica, pois no futuro o que se previa era o aumento de tais custos. Sugeriu que deveria haver uma cláusula que previsse que esta matéria fosse revista esporadicamente por forma a acautelar os interesses dos Municípios. Declarou não entender porque é que o Governo decidira aglutinar empresas multimunicipais numa só empresa que poderia até algum dia vir a ser privatizada lesando assim os Municípios.----------

--- Tomou a palavra o Senhor Presidente em Exercício dizendo comungar em cerca de 55% as opiniões expressas pelo Sr. Vereador e que fora quase uma imposição do Governo que se aderisse. Não considera que no caso de Azambuja se fique a pagar mais. Pensa que a situação dos consumos mínimos fica assim resolvida, e que se o Vereador assim o entendesse passaria a palavra ao Eng.º Bourgard que esclareceria algumas dúvidas suscitadas- ----------

--- Tomou a palavra o Eng.º Bourgard, que afirmou achar que o Sr. Vereador Nobre tinha razão na exposição que fizera. A inclusão na AdP resolveria o problema dos consumos mínimos mas que poderia suscitar alguns problemas, sendo ser óbvio que, da parte de Azambuja e dos Municípios mais cumpridores, era conveniente terem uma posição ativa quando fosse negociado novo contrato de fornecimento. Considerou que estas eram questões impostas pelo estado e que os Municípios não tinham capacidade de decisão de constituir uma posição que não se inserisse na maioria; relativamente à questão da fórmula, crê que dificilmente poderá ser negociável por ser decisão do estado. Estando as energias alternativas colocadas em bolsa, sujeita a flutuação de preços, o custo da energia não era controlável nem na compra nem na venda, cada vez que havia um contrato a única coisa que era necessária colocar era o índice de variação de preços a energia passara a ser um bem transacionável e era difícil negociar estas situações. É óbvio que no contrato novo pelo menos fazia intenção de defender o Município com mecanismos que o defendessem, reiterou a opinião que o Vereador tivera praticamente razão em todos os pontos que focara, sendo vantagem obvia o ficar sem consumos mínimos e o abaixamento da tarifa em alta, muito significativo para o concelho. ----------

--- O Sr. Presidente em Exercício agradeceu a intervenção do Engº. Pedro Bourgard e indagou ao Vereador Nobre se quereria dizer mais alguma coisa, ao que o Vereador disse poder a proposta ser posta a votação. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 46/P/2013 foi aprovada por maioria com quatro votos a favor (PS) e um voto contra CDU. ----------

--- Encerramento ----------

--- Eram quinze horas e vinte minutos quando o Sr. Presidente em Exercício deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------